

Paradigmas da Política Exterior Brasileira

O jogo das relações internacionais, como as conhecemos hoje, com seus diferentes atores – trate-se dos Estados, das Organizações Internacionais ou dos blocos econômicos – interagindo nos foros internacionais, não corresponde a um ordenamento independente do tempo e dos acontecimentos históricos. Muito pelo contrário, o sistema de Estados moderno, no qual os Estados lutam pelos seu “interesses nacional”, surgiu apenas no século XVII, com os tratados de Westfália de 1648, que acabaram com as aspirações da dinastia Habsburga de estabelecer uma monarquia universal cristã, dando passo a uma comunidade de Estados que interagem uns com os outros.

Na Europa, esta interação foi fortemente impulsionada pelo desenvolvimento do capitalismo, que, na sua infância, caracterizou-se pelas práticas mercantilistas. Num primeiro momento o centro do mundo era conformado pelo mundo mediterrâneo, onde se desenvolveram grandes cidades portuárias (Veneza é um exemplo), a partir das quais o intercâmbio comercial era realizado. Posteriormente, os países da península ibérica, principalmente Portugal, desenvolveram uma importante frota naval e partiram pelo mundo afora, ou melhor, mar adentro, para estabelecer novas rotas, visando conectar a Europa ao Oriente. Logo, foi o desenvolvimento deste comércio que motivou a busca de novos territórios, na esperança de encontrar especiarias, minérios e produtos tropicais, para assim aumentar o patrimônio e o poder dos diversos reinos.

É sob este pano de fundo que se dá o descobrimento do Brasil em 1500. Inicialmente o país, não é parte integral do sistema internacional, já que a Metrópole portuguesa, limita a sua função a um mero exportador de produtos primários para Portugal. É só a partir da vinda da Coroa para o Brasil, que este aparece sobre o plenário internacional como membro ativo. Começa assim a história política exterior brasileira.

Analisar o desenvolvimento da política exterior brasileira é uma tarefa difícil. Nos últimos 200 anos o mundo e, o próprio Brasil, tem atravessado transformações importantes, as quais tem influenciado a agenda da Política Exterior do país. Entretanto, podemos tentar encaixá-la em diversos paradigmas, dividindo sua história em quatro momentos: paradigma liberal-conservador, paradigma desenvolvimentista, paradigma no Estado normal e paradigma logístico (vide Amado Luiz Cervo).

O paradigma liberal conservador abrange o período de 1808-1930, quando o Brasil atravessa mudanças importantes: torna-se capital do Império português, alcança a independência em 1822, abole a monarquia, convertendo-se em República em 1889, e no início do XX vive uma revolução que transforma o país. Durante este intervalo o poder, que tradicionalmente pertencia aos grandes proprietários rurais (São Paulo e Minas Gerais – “Café com Leite”), é arrebatado de suas mãos pelo golpe revolucionário que leva Getúlio ao poder, transformando o país, dando passo ao desenvolvimento industrial. Em relação a este momento da história brasileira, é fundamental compreender que as bases de participação no governo se expandem, em decorrência dos avanços que são feitos na área laboral (salário mínimo, proteção ao trabalhador urbano, férias remuneradas, estabelecimento de uma jornada de trabalho, etc), no funcionalismo público (criam-se os concursos) e no papel dos sindicatos. A intervenção do Estado em defesa do interesse nacional abrange um período de 60 anos, durante o qual o Brasil cria seu parque industrial e a Chancelaria se preocupa por atrair capitais externos, sem sacrificar a autonomia nacional, para acelerar e promover o crescimento econômico, estabelecendo uma indústria de base, que tornará o país a oitava economia na década de 1980.

A partir de 1989 estabelece-se o paradigma neoliberal, que baseado nas diretrizes do Consenso de Washington, promove a privatização das companhias estatais latino-americanas, a abertura dos mercados e dos sistemas financeiros, sob o pretexto de que a globalização, através do mercado, haverá de promover o desenvolvimento, tornando o Estado promotor do desenvolvimento um vestígio do passado.

O fracasso do neoliberalismo leva a esquerda ao poder no início do século em XXI em praticamente todos os países da América Latina. No Brasil, o PT chega ao poder, instaurando o paradigma logístico, no qual o Estado novamente promove o interesse nacional, sem restringir-se unicamente à estabilidade monetária. Na Política Exterior isto se transforma na luta do governo para defender o interesse nacional, que analogamente ao que ocorre no paradigma desenvolvimentista é considerado múltiplo. Além disso, o Brasil converte-se em líder e promotor de consensos no âmbito regional e internacional, promovendo o multilateralismo e comércio internacional, defendendo o Direito Internacional, os Direitos

Humanos e o meio ambiente em diversos foros internacionais, levando a sua participação internacional além, passa a ocupar papel de destaque em missões de paz promovidas pela ONU (exemplo: Haiti, onde o Brasil lidera a missão), deixando claro que o país tem a capacidade de merecidamente pretear uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Bibliografia:

Cervo, Amado Luiz. **Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático (2003)**. Revista Brasileira de Política Internacional, julho-dezembro, vol. 46, número 002, pp. 5-25; **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo, Saraiva, 2008.

Magnoli, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo, Saraiva, 2004.

Gremaud, Vasconcellos, Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. Sexta edição. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2006.